



Entre o Papel e a Prática: A Formação dos Aplicadores de Exames Nacionais em Angola

Dácia Francisca Ferreira da Conceição Pinto

(INADE -Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação / pintodacia03@gmail.com)

Marcos Tanure Sanabio

(Universidade Federal de Juiz de Fora/ mtanure.sanabio@ufjf.br)

Amélia Gabriela Thamer Miranda Ramos

(Fundação CAED/ amelia.ramos@fundacaocaed.org.br)

RESUMO:

Este artigo analisa os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais (EN) em Angola, com foco específico nas províncias do Huambo e de Luanda. O rápido crescimento da escala destas avaliações, saltando de 2.100 alunos no Exame Nacional Piloto (2021-2022) para mais de 598.000 alunos na 3ª Fase de Generalização (2024-2025) impõe desafios logísticos e formativos de grande magnitude. Consequentemente, a capacitação adequada destas equipas torna-se uma condição essencial para garantir a fidedignidade dos dados coletados. A metodologia da pesquisa, de carácter qualitativo e exploratório, utilizou análise documental, questionários aplicados a 31 professores (vigilantes, suplentes e coadjuvantes) e dois pontos focais provinciais. Adicionalmente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com quatro supervisores nacionais do INADE e do JEN. Os resultados revelam claras fragilidades estruturais: capacitações realizadas com pouca antecedência, carga horária insuficiente para o conteúdo, ausência de material de apoio físico e locais inadequados. Como resposta a estes problemas, elaborou-se um Plano de Ação Educacional (PAE) com quatro ações: apresentação dos resultados aos gestores, criação de um plano sistematizado de capacitação, aprimoramento do guião de orientação e implantação de monitoramento contínuo. Assim, o estudo aprofunda a compreensão sobre avaliações externas em larga escala em países em desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação externa, Exames Nacionais, Capacitação de aplicadores, Angola, Gestão educacional.



1. INTRODUÇÃO

A qualidade da educação constitui uma preocupação permanente dos sistemas de ensino contemporâneos, e Angola não é exceção. O país, após décadas de conflito civil encerrado em abril de 2002, tem envidado esforços consideráveis na estruturação e reformulação de seu sistema educacional. A Lei de Bases do Sistema de Educação, inicialmente estabelecida pela Lei nº 13/01 de 31 de dezembro e posteriormente substituída pela Lei nº 17/16 de 7 de outubro, assenta os fundamentos que orientam a educação angolana. Entre suas disposições, o Artigo 15º, alínea b, prevê o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades que favoreçam a autoformação para um saber fazer eficaz, e o Artigo 54º assegura aos agentes de educação o direito à formação permanente com vistas à elevação de seu nível profissional, cultural e científico. Esse arcabouço legal fundamenta a importância da formação continuada no contexto da implementação dos Exames Nacionais.

Em função do papel estratégico que a avaliação educativa desempenha no desenvolvimento do sector, o Ministério da Educação de Angola estabeleceu, em 2021, o Projeto Exames Nacionais (PEN), instrumento de avaliação externa em larga escala concebido para avaliar não apenas as aprendizagens dos alunos finalistas dos diferentes níveis e ciclos de ensino para efeitos de qualificação, seleção e certificação, mas também o desempenho do próprio sistema educativo em seus múltiplos níveis de operacionalização, desde o desempenho profissional dos professores e das escolas até a qualidade e o cumprimento do currículo. O PEN representa, portanto, uma aposta estratégica do governo angolano no uso de dados para a melhoria contínua da educação e para o alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS4) e com o Plano Nacional de Educação.

Desde a sua implantação, os Exames Nacionais expandiram-se progressivamente, tanto em termos de escala como de abrangência curricular e geográfica. O Exame Nacional Piloto (ENP), realizado no ano letivo 2021-2022, foi aplicado a uma amostra de 2.100 alunos da 6ª e 12ª classes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A 1ª Fase de Generalização (EN1FG), em 2022-2023, ampliou consideravelmente o alcance, atingindo 37.854 alunos e incluindo a 9ª classe e as disciplinas de Ciências da Natureza e Física, com a realização de um Estudo Diagnóstico delimitado à província de Luanda.

Na 2ª Fase de Generalização (EN2FG), em 2023-2024, a amostra prevista saltou para 143.360 alunos das 6ª, 9ª e 12ª classes, com a inclusão de mais disciplinas: Geografia, História e Biologia. Por fim, a 3ª Fase de Generalização, realizada no ano letivo 2024-2025, contemplou 50% dos alunos da 6ª e da 9ª classes, totalizando 540.678 alunos inscritos em regime amostral, e 100% dos alunos da 12ª classe (58.162 alunos em quatro áreas de formação do ensino geral) em regime censitário e certificativo. Esse crescimento exponencial impõe desafios logísticos e formativos de grande magnitude.

A aplicação dos EN envolve uma ampla cadeia de atores com funções bem definidas: os supervisores nacionais do INADE e do JEN, responsáveis pelo treinamento das equipes técnicas e pela supervisão do processo em cada província; os pontos focais provinciais, que servem de elo entre o INADE e as estruturas provinciais, garantindo a transmissão e o cumprimento das orientações; os professores vigilantes, responsáveis pela organização, distribuição e supervisão das provas nas salas de exame; os professores suplentes, que



substituem os vigilantes em caso de ausência ou atraso; e os professores coadjuvantes, especialistas de cada disciplina que esclarecem dúvidas de conteúdo científico sem interferir no processo de aplicação. A articulação entre esses atores, em um território tão extenso como Angola, que passou a contar com 21 províncias e 326 municípios a partir de janeiro de 2025, é um desafio organizacional de primeira ordem.

É sobre a qualidade e os desafios dessa cadeia formativa que se debruça este artigo, derivado de dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFGF).

O PPGP/CAEd adota como metodologia de dissertação o estudo de caso de gestão, que parte de uma situação-problema identificada no campo de atuação profissional do pesquisador para descrever, analisar e propor intervenções viáveis, modelo que orienta toda a estrutura deste artigo.

A questão central que orienta a investigação é: de que forma são realizadas as capacitações dos atores que aplicam os Exames Nacionais em Angola, que desafios são identificados nesse processo e como estas podem ser aprimoradas?

O objetivo geral foi verificar e analisar como são realizadas essas capacitações. Para tanto, foram delineados três objetivos específicos:

- (i) descrever o processo de capacitação dos atores envolvidos na aplicação dos EN;
- (ii) (ii) analisar as percepções desses atores sobre as capacitações recebidas; e
- (iii) (iii) propor um Plano de Ação Educacional (PAE) com vistas ao aprimoramento das formações oferecidas.

A relevância do tema justifica-se pela premissa de que quanto maior a padronização e a qualidade na aplicação das provas, maior será a fidedignidade dos dados levantados pela avaliação externa e, por consequência, maior a utilidade desses dados para a formulação de políticas educativas fundamentadas em evidências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Avaliação externa em larga escala: fundamentos e contexto angolano

As avaliações externas em larga escala têm desempenhado papel cada vez mais central nos sistemas educativos contemporâneos, fornecendo informações objetivas e comparáveis sobre o desempenho dos alunos, das escolas e do próprio sistema. Segundo Aguiar (2020), essas avaliações proporcionam aos gestores públicos uma análise tanto do nível da escola quanto dos sistemas e auxiliam na formulação de ações e programas estatais dedicados à melhoria da educação. A avaliação externa, especificamente, checa a atuação dos alunos com base em testes padronizados elaborados a partir das competências específicas de cada disciplina e do nível de ensino avaliado, o que permite a geração de indicadores objetivos e comparáveis ao longo do tempo.



Em Angola, o mais recente Regulamento da Avaliação das Aprendizagens (RAA), editado pelo Ministério da Educação em 2025, define avaliação como o processo contínuo de registo e de análise dos resultados alcançados em relação às metas educativas definidas previamente (Angola, 2025, p. 4). O mesmo documento conceitua a avaliação externa como o processo realizado por agentes externos à instituição de ensino, que envolve a produção de indicadores educativos, a aferição da qualidade, equidade e eficiência, bem como a elaboração, monitoramento e aprimoramento das políticas educativas desenvolvidas no âmbito nacional. Dentro do sistema educacional angolano, a avaliação externa em larga escala integra três modalidades: a Avaliação Nacional das Aprendizagens, os Exames Nacionais e as Avaliações Regionais e Internacionais.

O INADE, criado pelo Decreto Presidencial nº 91/21 de 16 de abril, é a instituição pública responsável pela avaliação educacional, pela proposição de estudos e políticas educativas e pela garantia da qualidade educativa para os níveis da Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Secundário. É no INADE que se concentra o desenho, a planificação e o processamento logístico dos Exames Nacionais. O Artigo 14º do Estatuto Orgânico do INADE estabelece que o Departamento de Avaliação e Garantia da Qualidade é o serviço executivo encarregue pela qualidade dos subsistemas e modalidades de ensino, o mesmo departamento em que a autora deste estudo atua profissionalmente. O JEN, Júri dos Exames Nacionais, constitui a outra instância central do processo, sendo responsável pela supervisão operacional das aplicações e pela capacitação das equipes em campo.

Angola, segundo Strabe (2014), é um país de dimensões continentais, com área de 1.246.700 km² e fronteiras terrestres e marítimas com múltiplos países. A extensão territorial, combinada com a nova divisão político-administrativa em 21 províncias e 326 municípios, muitos deles em regiões remotas sem energia elétrica nem acesso à internet, amplifica os desafios logísticos da avaliação em larga escala. Conforme Uarinhangá (2021), há uma enorme concentração populacional na província de Luanda, onde habitam mais de um quarto da população, enquanto vastas regiões do interior possuem baixa densidade habitacional e infraestrutura precária. Esse contexto impõe que qualquer sistema de avaliação nacional opere com estratégias diferenciadas para contextos urbanos e rurais.

2.2 Logística e capacitação em avaliações de larga escala

A aplicação de exames padronizados em larga escala é uma operação de alta complexidade logística e organizacional. Silva (2015) assinala que são vários os desafios enfrentados na realização de avaliações dessa natureza, sendo imprescindível que os procedimentos de aplicação sejam seguidos com rigor para que os resultados sejam válidos e comparáveis. O autor destaca que os participantes das capacitações devem conhecer os objetivos das formações, que há necessidade de domínio e cumprimento das orientações procedimentais dado que as provas são aplicadas simultaneamente por um grande número de pessoas em distintos locais, e que o controle da informação é fundamental para garantir a padronização em qualquer nível da formação.

No modelo adotado em Angola, as capacitações seguem um formato em cascata: os supervisores nacionais do INADE e do JEN capacitam os pontos focais provinciais, os diretores dos centros de exame e coordenadores de turma, disciplina e classes; estes, por sua vez, têm



a responsabilidade de repassar as orientações para os professores vigilantes, suplentes e coadjuvantes. Esse modelo apresenta vantagens em termos de abrangência geográfica e de racionalização de recursos, pois permite atingir simultaneamente um grande número de atores distribuídos por todo o território nacional. Contudo, também implica riscos de perda e distorção de informações ao longo da cadeia, especialmente quando as formações intermediárias não são realizadas com a qualidade e a profundidade necessárias.

Dias (2017), em pesquisa sobre as equipes formadas pelo CAEd/UFJF para a aplicação de avaliações externas no Brasil, aponta que os agentes de campo necessitam de capacitação contínua que garanta aplicações mais eficazes e com estratégias claramente definidas para lidar com situações imprevistas. O autor descreve que nas capacitações os agentes recebem instruções sobre como manusear e preencher os formulários de aplicação, como as atas de sala e as listas de presença, sobre a logística de entrega e devolução do material, sobre como recrutar equipes e sobre como proceder diante de situações inesperadas. Dias (2017) investiga, ainda, os obstáculos ligados ao cumprimento das técnicas de aplicação passadas às equipes nas capacitações, argumentando que tais formações, quando bem estruturadas, permitem aprimorar práticas, atualizar conhecimentos e desenvolver novas estratégias.

2.3 Formação continuada e desenvolvimento profissional dos aplicadores

A formação continuada dos profissionais envolvidos em processos de avaliação externa não pode ser tratada como evento isolado ou pontual. Altenfelder (2005) defende que a formação continuada deve ser planejada com base nas necessidades reais do contexto, com objetivos claros, metodologias adequadas e mecanismos de avaliação que permitam medir sua eficácia ao longo do tempo. A autora destaca que os desafios da formação continuada incluem a articulação entre teoria e prática, a valorização do saber profissional acumulado e a criação de espaços de reflexão coletiva sobre as experiências vivenciadas.

No contexto específico dos EN angolanos, a formação adquire contornos particulares. Os atores envolvidos na aplicação, ou seja, professores das escolas públicas convocados para desempenhar funções específicas durante os exames, não são, em sua maioria, especialistas em avaliação. São docentes que, durante o período dos exames, assumem responsabilidades logísticas e procedimentais que exigem conhecimentos distintos de sua prática cotidiana em sala de aula. Os professores vigilantes, por exemplo, precisam dominar procedimentos como a distribuição controlada de cadernos de prova, a condução da chamada nominal, a instrução precisa dos alunos sobre o preenchimento das folhas de resposta e o controle rigoroso do tempo. Qualquer falha nesse processo pode comprometer a padronização dos resultados e, por consequência, a validade das conclusões que deles se derivam.

Balenda e Ngimbi (2019) apontam que a reforma educativa angolana intentou principalmente a garantia da expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o fortalecimento da eficácia do sistema e a promoção da igualdade. A capacitação dos atores dos EN insere-se nesse movimento de profissionalização dos agentes educativos, em consonância com o direito à formação permanente assegurado pela Lei de Bases do Sistema de Educação. Lucas (2023) reforça que a avaliação, para ser instrumento efetivo de melhoria da qualidade educativa, precisa ser aplicada de forma responsável e tecnicamente correta, o



que pressupõe que os profissionais envolvidos em seu processo, inclusive os aplicadores, sejam devidamente preparados para suas funções.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa de carácter exploratório, articulando a análise documental à pesquisa de campo. O método qualitativo foi escolhido por privilegiar a análise de microprocessos por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados tanto em amplitude como em profundidade (Martins, 2004). A pesquisa se insere no modelo de estudo de caso de gestão do PPGP/CAEd, que parte de uma situação-problema identificada no campo de atuação profissional do pesquisador para descrever, analisar e propor soluções viáveis para o contexto investigado.

Para a contextualização do caso de gestão, foram analisados documentos oficiais: o Regulamento dos Exames Nacionais, documento que organiza e normatiza todo o processo avaliativo; a Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei nº 17/16), que estabelece os princípios e valores reguladores do sistema educativo; o Estatuto Orgânico do INADE, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 91/21; o Manual de Aplicação dos Exames Nacionais; e o Regulamento da Avaliação das Aprendizagens (RAA), publicado em 2025. Esses documentos forneceram o quadro regulatório e normativo necessário para a compreensão do contexto e para a avaliação da pertinência das práticas de capacitação adotadas.

A pesquisa de campo foi delimitada às províncias do Huambo e de Luanda. Luanda é a capital nacional, com maior concentração de população e de infraestrutura educacional; o Huambo é uma das maiores províncias do interior, com características geográficas e logísticas específicas, tendo sido sede de um dos Centros Regionais de Classificação criados na 2ª Fase de Generalização. A escolha dessas duas províncias foi condicionada pela acessibilidade da pesquisadora, que atuou profissionalmente em ambos os contextos, o que favoreceu o acesso aos atores e a profundidade das informações coletadas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro supervisores nacionais: dois do INADE (um da província de Luanda e um do Huambo) e dois do JEN (um de cada província). Os supervisores nacionais foram selecionados por serem os atores com visão mais abrangente do processo formativo, sendo responsáveis tanto pelo planejamento e execução das capacitações como pelo acompanhamento presencial das aplicações em suas respectivas províncias. Os roteiros de entrevista foram organizados em blocos temáticos: (i) perfil e experiência profissional; (ii) impressões gerais sobre o processo de aplicação dos EN; (iii) dificuldades percebidas nas capacitações; (iv) adequação das metodologias utilizadas; (v) suficiência do tempo de formação; (vi) qualidade dos materiais de apoio; e (vii) perspectivas para o aprimoramento das formações.

Foram aplicados questionários a 31 professores distribuídos da seguinte forma: 9 professores vigilantes (3 do Huambo e 6 de Luanda), 9 professores suplentes (4 do Huambo e 5 de Luanda) e 11 professores coadjuvantes (5 do Huambo e 6 de Luanda), além de 2 pontos focais provinciais (um de cada província), totalizando 31 participantes. Os questionários foram estruturados com afirmações avaliadas em escala Likert de quatro pontos (Concordo Totalmente, Concordo Parcialmente, Discordo Parcialmente, Discordo Totalmente) e uma questão aberta para sugestões de melhoria. As respostas foram organizadas em quatro



dimensões analíticas: Dimensão 1, clareza e organização da formação oferecida; Dimensão 2, metodologias e dinâmica da capacitação; Dimensão 3, materiais, didática e confiança para aplicar; Dimensão 4, compromisso dos atores envolvidos.

Os dados das entrevistas foram analisados por análise de conteúdo, com categorias construídas em diálogo com as dimensões dos questionários, permitindo a triangulação entre as perspectivas dos supervisores nacionais e dos professores aplicadores. A análise dos questionários foi apresentada em quadros síntese por função e por província, possibilitando a identificação de convergências e divergências entre os diferentes grupos de atores e entre os contextos do Huambo e de Luanda.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil e experiência dos atores pesquisados

O perfil dos respondentes revelou uma diversidade considerável em termos de formação acadêmica e de tempo de atuação nos Exames Nacionais. Em relação à escolaridade, dos 29 professores que responderam aos questionários, 5 possuem Ensino Médio em Magistério, 2 têm Ensino Médio Técnico Profissional, 8 possuem Licenciatura em Pedagogia, 11 têm Licenciatura em outras áreas e 2 possuem Mestrado; sendo que os dois pontos focais provinciais de ambas as províncias têm Licenciatura em Pedagogia. Essa heterogeneidade de formação tem implicações diretas para o processo de capacitação, pois os atores partem de bases de conhecimento distintas e podem ter ritmos diferentes de assimilação dos conteúdos procedimentais.

Quanto ao tempo de atuação nos EN, os dados apontam uma alta rotatividade. Dos 9 professores vigilantes, apenas 1 atua há 3 anos no processo; a maioria iniciou há 1 ou 2 anos, ou participou pela primeira vez. Padrão similar é observado nos demais grupos: entre os professores suplentes, apenas 1 tem 3 anos de experiência; entre os coadjuvantes, 2 têm 3 anos e 1 tem 4 anos. Somente os pontos focais provinciais têm 3 anos de atuação, o que representa maior estabilidade e acúmulo de experiência nessa função estratégica. A alta rotatividade das equipes de aplicação constitui um desafio sistêmico: a cada ciclo de exames, uma parcela significativa dos atores é nova, o que aumenta a demanda por capacitações bem estruturadas e realizadas com antecedência adequada.

Os supervisores nacionais entrevistados apresentam perfis de sólida experiência institucional. O Supervisor Nacional do INADE do Huambo possui 44 anos, é formado em Ciências da Educação e atua há 22 anos no Ministério da Educação. O Supervisor Nacional do INADE de Luanda tem 40 anos e formação em Geo-história e Gestão e Inspeção Escolar. O Supervisor Nacional do JEN de Luanda possui 46 anos e trabalha há 26 anos no Ministério da Educação e há 2 anos especificamente no JEN, com vasta experiência em diversas esferas educacionais. O Supervisor Nacional do JEN do Huambo tem 42 anos, formação em Direito e formação docente, atuando no Ministério há 12 anos. Esse conjunto de experiências acumuladas é um ativo importante para o processo, mas contrasta com a relativa novidade do próprio PEN, iniciado em 2021, o que significa que mesmo os supervisores estão ainda consolidando práticas e aprendendo com o processo em andamento.



4.2 Dimensão 1: Clareza e organização das capacitações

A primeira dimensão avaliada pelos questionários, relativa à clareza e organização da formação, revelou percepções heterogêneas entre os grupos. Os professores vigilantes foram os que apresentaram maior número de respostas positivas (Concordo Totalmente ou Concordo Parcialmente), mas também registraram o maior número de respostas críticas (Discordo Parcialmente), com 6 discordâncias nessa dimensão. Os professores coadjuvantes apresentaram 3 discordâncias parciais e 1 discordância total. Os pontos focais foram os que mais expressaram insatisfação com a clareza das formações: o dado de que ambos os pontos focais, com 3 anos de experiência acumulada, ainda identificam problemas na clareza organizacional das capacitações é particularmente significativo, pois indica que as fragilidades são estruturais e não simplesmente atribuíveis à falta de experiência dos participantes.

O Supervisor Nacional do INADE do Huambo confirmou essa percepção ao identificar que a maior dificuldade no ato da formação tem sido a comunicação com o público-alvo: muitas vezes parece que os formandos compreenderam, mas no momento prático é necessário retomar o que foi ensinado. Esse fenômeno é conhecido na literatura de formação de adultos como a diferença entre compreensão declarativa e compreensão procedimental: os formandos podem assimilar verbalmente as instruções sem que isso se traduza em capacidade de execução correta no momento da aplicação. Esse gap reforça a importância de incluir simulações práticas em todas as etapas da capacitação.

O Supervisor Nacional do INADE de Luanda acrescentou que, embora os processos de aplicação decorram de forma razoavelmente satisfatória, há situações que surgem nas escolas, especialmente em Luanda com seu maior volume estudantil, para as quais os atores nem sempre estão completamente preparados. O próprio supervisor reconhece que os EN estão ainda em processo de consolidação e que aprender com as situações que emergem durante a aplicação tem sido parte do processo formativo institucional.

4.3 Dimensão 2 e 3: Metodologias, materiais e confiança

As dimensões relativas a metodologias, dinâmica, materiais e confiança foram as mais bem avaliadas no conjunto dos respondentes. Os atores reconhecem que as metodologias utilizadas nas formações são adequadas e que o material didático, quando disponível, é útil e relevante. O uso de slides, vídeos demonstrativos e guíões de orientação foi citado pelos supervisores nacionais como um avanço metodológico significativo introduzido nos ciclos mais recentes dos EN. O Supervisor Nacional do INADE de Luanda destacou especificamente a produção de vídeos explicativos sobre a atuação dos agentes como um dos acertos metodológicos mais importantes, pois permitem que os formandos visualizem na prática o que está sendo explicado e possam rever o conteúdo posteriormente.

Contudo, a principal lacuna identificada nessas dimensões diz respeito à ausência de material de apoio em suporte físico. O Supervisor Nacional do JEN de Luanda afirmou que tem sido uma das maiores inquietações por parte dos formandos a solicitação de um material físico, sendo ideal que os formandos tivessem em posse esse material antes mesmo do arranque da formação. Essa demanda é compreensível e reveladora: no contexto de muitas províncias angolanas, com acesso limitado à internet e ausência de dispositivos eletrônicos pessoais, a distribuição de material impresso constitui não apenas uma conveniência, mas



uma necessidade concreta para que os atores possam consultar as orientações no momento crítico da aplicação.

Quanto à confiança para aplicar o que aprenderam, os dados dos questionários revelam que os professores vigilantes, responsáveis pela função mais complexa e central do processo, expressaram menor nível de confiança do que os demais grupos. Os professores suplentes e coadjuvantes sentir-se-iam relativamente mais seguros após as capacitações. Esse resultado é preocupante dado que são os vigilantes que interagem diretamente com os alunos durante toda a aplicação, sendo responsáveis por procedimentos críticos como a distribuição das provas, a instrução sobre o preenchimento das folhas de resposta e o controle do tempo.

4.4 Dimensão 4: Compromisso dos atores e percepções específicas por função

A quarta dimensão, relativa à importância do compromisso dos atores, revelou uma tensão relevante: embora a maioria dos respondentes concorde com a centralidade do empenho de todos para a obtenção de resultados credíveis, os professores vigilantes registraram o maior número de respostas críticas nessa dimensão. A análise qualitativa sugere que parte dos atores comparece às capacitações por obrigatoriedade institucional, sem internalizar a importância de sua função para a validade dos resultados dos EN. Esse comportamento é compreensível em um contexto onde os professores não recebem formação prévia em avaliação e onde os exames nacionais são ainda uma novidade recente no sistema educativo angolano.

As percepções específicas por função revelaram nuances importantes. Os professores coadjuvantes relataram, de forma expressiva, que a definição de sua função é clara (7 concordaram totalmente), mas alguns demonstraram concordância apenas parcial, o que pode indicar a existência de ambiguidades nos limites de sua atuação. Os pontos focais apresentaram respostas divergentes sobre a eficácia das formações em cascata: um deles avaliou esse modelo como mais eficiente do que a formação direta pelo formador nacional, enquanto o outro discordou, preferindo a formação recebida diretamente da fonte. Essa divergência é relevante para o desenho do modelo de capacitação, sugerindo que a eficácia percebida das formações em cascata depende de variáveis contextuais que precisam ser mais bem compreendidas.

As sugestões de melhoria registradas nas questões abertas dos questionários convergiram de forma notável entre os diferentes grupos de atores e entre as duas províncias estudadas. As cinco demandas mais recorrentes foram: (i) aumento da antecedência das capacitações em relação à data de aplicação das provas, para que os atores tenham tempo de assimilar e praticar os procedimentos; (ii) ampliação da carga horária das formações; (iii) fornecimento de material impresso a todos os participantes antes da formação; (iv) realização de simulações práticas que abranjam todas as fases do processo (antes, durante e após a aplicação); e (v) melhoria dos mecanismos de comunicação entre os supervisores nacionais, os pontos focais e os professores aplicadores.

5. PLANO DE ACÇÃO EDUCACIONAL (PAE)

Com base nos dados levantados e nas convergências identificadas entre as perspectivas dos supervisores nacionais e dos professores aplicadores, foi elaborado um Plano



de Ação Educacional (PAE) estruturado em quatro ações interdependentes. O PAE foi concebido com base na ferramenta 5W2H, metodologia de planejamento gerencial que responde às questões: O que será feito? Por quê? Quem fará? Onde? Quando? Como? Quanto custará? (Oliveira, 2024), e é orientado para o aprimoramento sistemático das capacitações dos atores dos EN em Angola. As ações foram elaboradas com base nas percepções dos atores, nas análises das dimensões investigadas e nos referenciais teóricos que embasaram a pesquisa. A Figura 1 detalha os desafios e o Plano de Ação Educacional.



Figura 1. Infográfico síntese do Plano de Ação Educacional (PAE).

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir do Notebook LM (2025).

5.1 Primeira ação: Apresentação dos resultados da pesquisa

A primeira ação proposta consiste na realização de uma reunião técnica nas instalações do INADE ou do JEN, prevista para fevereiro de 2026, com a participação da pesquisadora, da Direção do INADE e da Comissão Central e Permanente do JEN. O objetivo é apresentar os resultados da pesquisa de forma sistematizada, por meio de tabelas ou resumo sintetizado, e discutir as implicações e desafios identificados, abrindo espaço para a construção coletiva das etapas subsequentes do PAE e a definição dos responsáveis por cada ação. O custo estimado para essa reunião é equivalente ao de um *coffee break* para 10 pessoas (100.000 Kz), representando um investimento mínimo para um momento formativo e de tomada de decisão de alta relevância estratégica.

Essa ação é considerada a mais adequada para o início do processo de implementação do PAE, pois permite uma compreensão partilhada dos desafios e um posicionamento conjunto das atividades de acordo com as reais necessidades identificadas. A mudança institucional, quando construída coletivamente, tende a gerar maior adesão e comprometimento dos envolvidos, aumentando as chances de sustentabilidade das melhorias implementadas.



5.2 Segunda ação: Elaboração de plano de capacitação sistematizado

A segunda ação propõe a elaboração, no âmbito do INADE, de um plano de capacitação estruturado, com objetivos claramente definidos para cada grupo de atores, conteúdos organizados por função, metodologias diversificadas e carga horária adequada às demandas de cada grupo. O plano será desenvolvido em período estimado de dois meses a partir de fevereiro de 2026, com recursos do orçamento institucional.

Para os professores vigilantes, o plano deve prever no mínimo dois dias de formação presencial antes da aplicação das provas, com inclusão obrigatória de simulação prática de todas as fases do processo: distribuição das provas, instrução dos alunos sobre o preenchimento das folhas de resposta, controle do tempo, recolha dos materiais e preenchimento das atas de sala. Para os pontos focais provinciais, deve ser prevista uma formação anterior e de maior profundidade, dado o papel multiplicador que desempenham na cadeia formativa. Para as formações em regiões remotas ou de baixa conectividade, devem ser elaboradas estratégias adaptadas, incluindo a distribuição de materiais impressos com antecedência.

5.3 Terceira ação: Aprimoramento do guião de orientação

A terceira ação consiste na revisão e aprimoramento do guião de orientação distribuído aos atores. Embora o guião atual seja reconhecido como uma ferramenta útil, com informações claras sobre o regulamento dos EN, a pesquisa identificou a necessidade de incorporar linguagem mais acessível para atores com diferentes níveis de formação, ilustrações e fluxogramas que orientem a tomada de decisão diante de situações imprevistas, e seções específicas para cada função (vigilante, suplente, coadjuvante, ponto focal), com as respectivas responsabilidades e procedimentos.

Propõe-se, ainda, que o guião revisado seja disponibilizado em formato impresso para todos os atores envolvidos na aplicação, com antecedência mínima de uma semana em relação à data da capacitação presencial. Essa medida atende diretamente à demanda mais recorrente identificada nas sugestões dos atores e responde ao desafio da baixa conectividade em muitas localidades angolanas. Um guião bem elaborado e disponível para consulta prévia e durante a aplicação pode funcionar como âncora procedimental para atores novatos e como instrumento de segurança para todos.

5.4 Quarta ação: Avaliação e monitoramento das capacitações

A quarta ação propõe a criação e implantação de um instrumento de avaliação das formações a ser aplicado ao final de cada sessão de capacitação, em todas as províncias. Esse instrumento deve avaliar, na perspectiva dos formandos, a clareza dos conteúdos, a adequação das metodologias, a suficiência da carga horária, a qualidade dos materiais e o nível de confiança para aplicar o que foi aprendido. Os dados gerados devem ser compilados e analisados pelo Departamento de Avaliação e Garantia da Qualidade do INADE, alimentando um banco de dados que permita o acompanhamento da qualidade das formações ao longo dos anos e a comparação entre províncias.

A implementação desse mecanismo de avaliação e monitoramento responde à ausência de feedback sistematizado sobre a qualidade das capacitações, identificada como



uma das lacunas mais significativas do modelo atual. Sem dados sobre a eficácia das formações, o INADE não tem base objetiva para identificar onde as capacitações estão funcionando bem e onde precisam ser aprimoradas. O monitoramento contínuo é condição para a melhoria progressiva do processo formativo e para a garantia de que os investimentos em capacitação se traduzam efetivamente em maior qualidade na aplicação dos EN.

6. CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo geral verificar e analisar como são realizadas as capacitações dos atores que fazem a aplicação das provas dos Exames Nacionais em Angola. A questão norteadora, de que forma essas capacitações ocorrem, quais desafios são identificados e como podem ser aprimoradas, foi respondida por meio da triangulação de dados documentais, questionários e entrevistas com atores-chave das províncias do Huambo e de Luanda.

Em relação ao primeiro objetivo específico, descrever o processo de capacitação, foi possível mapear a estrutura formativa em cascata adotada pelo INADE e pelo JEN, identificando os atores envolvidos em cada nível hierárquico, as responsabilidades de cada um e as ações formativas realizadas desde o Exame Nacional Piloto em 2022. O processo é estruturado com supervisores nacionais capacitando pontos focais provinciais, que por sua vez alcançam os professores nas escolas. Esse modelo tem a vantagem da abrangência geográfica, mas implica riscos de diluição da qualidade das formações ao longo da cadeia.

Em relação ao segundo objetivo específico, analisar as percepções dos atores, os dados revelaram um cenário que combina o reconhecimento das potencialidades do modelo atual, como metodologias adequadas, material didático útil e regulamento claro e objetivo, com a identificação de fragilidades estruturais significativas: pouca antecedência das capacitações, carga horária insuficiente, ausência de material impresso para os formandos, locais de formação inadequados em algumas províncias, e baixa confiança dos professores vigilantes para a execução dos procedimentos de aplicação. As percepções variaram entre as funções e entre as províncias, evidenciando que o impacto das capacitações é heterogêneo e depende de fatores contextuais que precisam ser considerados no planejamento formativo.

Em relação ao terceiro objetivo específico, propor o PAE, foram delineadas quatro ações concretas e viáveis que endereçam as principais demandas levantadas pelos atores: apresentação dos resultados da pesquisa, elaboração de plano de capacitação sistematizado, aprimoramento do guião de orientação e implantação de mecanismos de avaliação e monitoramento. O PAE é concebido como instrumento dinâmico, passível de revisão e adaptação em função das evidências produzidas a cada ciclo dos EN.

Como limitações do estudo, destaca-se o recorte geográfico restrito a duas províncias, que não permite generalizações para o conjunto das 21 províncias angolanas. O número de participantes, condicionado pela acessibilidade da pesquisadora, é outra limitação a considerar. Além disso, a pesquisa foi realizada em um momento específico do processo de implementação dos EN, no ano letivo 2024/2025, e as dinâmicas formativas podem evoluir rapidamente à medida que o sistema se consolida. Estudos futuros poderiam ampliar o escopo geográfico, incluir observação direta das sessões de capacitação e das aplicações, e realizar



análises longitudinais que permitam avaliar os impactos das melhorias implementadas ao longo dos ciclos.

Como contribuição para a área, este trabalho reforça a importância da formação continuada e sistemática dos aplicadores como condição essencial para avaliações externas confiáveis em contextos de expansão acelerada. A experiência angolana oferece lições relevantes para outros países em desenvolvimento que enfrentem o desafio de implementar sistemas nacionais de avaliação em larga escala com logística complexa, diversidade regional acentuada e limitações de infraestrutura. O estudo demonstra que a fidedignidade dos dados das avaliações não depende apenas da qualidade técnica dos instrumentos de avaliação, mas também, de forma determinante, da qualidade da formação de todos os atores que participam de seu processo de aplicação.

Do ponto de vista das políticas educacionais, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de que a expansão dos Exames Nacionais em Angola seja acompanhada de um investimento proporcional no desenvolvimento dos recursos humanos responsáveis por sua operacionalização. O crescimento da escala de uma avaliação não pode ser dissociado do crescimento da capacidade formativa das instituições que a gerem. Nesse sentido, sugere-se que o INADE e o JEN desenvolvam, em colaboração, um plano plurianual de capacitação que contemple não apenas os ciclos anuais de formação para a aplicação dos EN, mas também ações de formação continuada para os supervisores nacionais e os pontos focais provinciais, fortalecendo as competências formativas em toda a cadeia hierárquica do processo.

Por fim, é importante reconhecer que os Exames Nacionais em Angola estão em um momento de transição crucial: saindo da fase experimental e de generalização progressiva para uma fase em que parte dos exames já tem carácter censitário e certificativo. Esse novo estatuto aumenta significativamente a responsabilidade de todos os atores envolvidos e torna ainda mais urgente a profissionalização das práticas de capacitação. As reflexões aqui apresentadas, ancoradas nas vozes e experiências de quem está no campo, pretendem contribuir para que essa transição ocorra com a qualidade técnica e a seriedade institucional que o processo requer e que os alunos angolanos merecem.

Referências

AGUIAR, Alessandra Aparecida Carvalho. Avaliação externa e gestão pedagógica: o caso da Escola Estadual Prefeito Maurício de Azevedo. Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br>.

ALTENFELDER, Anna Helena. Desafios e tendências em formação continuada. Construção Psicopedagógica, v. 13, n. 10, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo>.

ANGOLA. Lei nº 17/16 de 7 de outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda: Assembleia Nacional, 2016.

ANGOLA. Decreto Presidencial nº 91/21 de 16 de abril. Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE). Luanda: Presidência da República, 2021.



ANGOLA. Ministério da Educação. Regulamento da Avaliação das Aprendizagens (RAA). Luanda: MED, 2025.

ANGOLA. Ministério da Educação. Manual de Aplicação dos Exames Nacionais. Luanda: INADE/JEN, 2024.

BALENDIA, João; NGIMBI, Pedro. Reforma educativa em Angola: desafios e perspectivas. Luanda: Editora da UCAN, 2019.

DIAS, Flávia Barbosa. Capacitação de equipes para avaliações em larga escala: desafios e estratégias. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2017.

INADE – INSTITUTO NACIONAL DE AVALIAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Relatório da 3ª Fase de Generalização dos Exames Nacionais 2024-2025. Luanda: INADE, 2025.

JOSÉ, António; KANIKADAN, Maria. Políticas educacionais e gestão em Angola: desafios da descentralização. Luanda: ISCED, 2024.

LUCAS, Mariana. Avaliação como instrumento de qualidade educativa: perspectivas e práticas. Lisboa: Edições Pedagógicas, 2023.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

OLIVEIRA, Marcos. Ferramentas de gestão e planejamento educacional. São Paulo: Atlas, 2024.

PINTO, Dácia Francisca Ferreira da Conceição. **Os desafios na formação dos atores envolvidos na aplicação dos Exames Nacionais em Angola**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) — Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2026.

SILVA, Roberto Carlos. Avaliações externas em larga escala: desafios logísticos e procedimentos de aplicação. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015.

STRABE, Anelise. Angola: contexto geográfico e histórico. São Paulo: Editora Brasileira, 2014.

UARINHANGA, João. Educação em Angola: desafios contemporâneos. Luanda: Mayamba Editora, 2021.